



O PROCESSO EXPANSIONISTA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS FORMULADAS NOS ANOS 2000

Janaina de Oliveira¹
Maria Teresa Miceli Kerbauy²

RESUMO

O objetivo geral desse trabalho consiste apresentar a descrição teórica e normativa que permitiram a formulação de políticas públicas referentes ao processo expansionista do ensino superior (ES) no Brasil e descrever resultados das principais políticas públicas implementadas após os anos 2000. Entende-se que o crescimento do ensino superior no Brasil ocorreu por meio do desenvolvimento de políticas públicas que o Estado brasileiro instituiu para garantir a entrada de estudantes por meio de diferentes incentivos, financiamentos e programas de estudos. Essas mudanças nos sistemas de ensino superior proporcionaram uma heterogeneidade de instituições em termos de idade, gênero, origem socioeconômica, cor, etnia, motivações, expectativas e projetos profissionais, tendendo a romper com o relativo isolamento que as universidades mantinham frente à sociedade. Para atender à demanda dessa população diversificada, os governos investiram em políticas para promover a expansão da oferta e a inclusão de grupos sociais até então impossibilitados de cursar esse nível de ensino.

Palavras-chave: Educação Superior, Expansão do Ensino, Legislação Educacional, Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O processo de expansão do ensino superior (ES) no Brasil ao longo do século XX acompanhou a trajetória de diversas nações da América Latina, principalmente após 1945, mas em escalas menores que na Europa ocidental e nos Estados Unidos. Este processo ocorreu nos países desenvolvidos após a falência do regime fordista para o sistema de acumulação flexível que trouxe novas formas organizacionais e tecnologias produtivas, fornecendo um alicerce à superação da rigidez do fordismo. Até os anos de 1970, o Estado tinha muitas obrigações através do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), por meio do salário social: gastos de seguridade social, assistência médica, educação e habitação com intuito de combater a exclusão das maiorias (HARVEY, 1992).

Neste contexto, entende-se que as novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas redistributivas de gastos. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou na adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa, além de restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, FCL-Ar/UNESP, Araraquara-SP. Bolsista CNPq. Email: janalive@gmail.com

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, FCL-Ar/UNESP, Araraquara-SP. Bolsista Produtividade do CNPq 1C. Email: teresa.kerbauy@gmail.com

sociais. Esta agenda passou a ser dominante a partir dos anos de 1980, principalmente nas nações com dificuldades de conter os períodos inflacionários como na América Latina. (SOUZA, 2006).

A Segunda Guerra Mundial (II GM) representou mudanças significativas para o ensino superior nas sociedades democráticas modernas. As nações envolvidas no conflito apresentavam taxas de matrículas de 3% a 5% entre os jovens durante às décadas anteriores ao conflito. Após esse período, as mudanças sociais e políticas decorrentes da guerra bem-sucedida contra o fascismo criaram uma demanda nas economias europeias e americanas por um número cada vez maior de pessoas graduadas e qualificadas. Essa necessidade de acesso ao ES se estendeu aos grupos que não estavam presentes na universidade antes de 1945. (TROW, 2007).

Desse modo, essa pesquisa tem como objetivo central apresentar a descrição teórica e normativa que permitiram a formulação de políticas públicas referentes ao o processo expansionista do ensino superior no Brasil. Após o exposto, tem-se como proposito descrever , de forma sucinta, os resultados das principais políticas públicas implementadas no Brasil , após os anos 2000, as quais foram responsáveis por introduzir milhões de pessoas tanto no ES privado quanto no público. Este cenário faz parte de um movimento global que fora iniciada nas economias capitalistas desenvolvidas após a IIGM.

A descrição do Censo no ES que foi realizado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) fornece os dados estatísticos sustentam o nosso argumento central sobre o processo expansionista do ensino superior. Esses elementos são essenciais à pesquisa por demonstram também um conjunto de resultados que precisam ser analisados cautelosamente, sobretudo, no que se refere à ascensão do número de matrículas de alunos oriundos do ensino médio público, negros, indígenas, corroborando o progresso da inserção da diversidade na universidade pública e privado. A próxima seção apresenta a metodologia do trabalho.

METODOLOGIA

Para análise dos textos escolhidos para composição desse capítulo foi utilizado a técnica de revisão bibliográfica que está fundamentada em diversos estudos exploratórios a partir da técnica de análise de conteúdo. Entendemos que a principal vantagem da utilização da pesquisa bibliográfica é a ampliação dos fenômenos dos quais não teríamos um acesso direto. Isto significa que a revisão bibliográfica (ou da literatura), busca identificar o “estado da arte” ou o alcance dessas fontes (GIL, 2008). Justifica-se a escolha desse método por estar inscrito

no estudo de obras científicas recentes disponíveis sobre os temas que tratam da expansão do ensino superior público e privado e análise das principais políticas públicas implementadas para o setor no que se refere à democratização e ampliação de acesso à educação superior. Na sequência do artigo, apresenta-se o referencial teórico da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A expansão do ensino superior é um fenômeno global que ocorreu a partir de distintas perspectivas devido às diversas trajetórias das nações, bem como a articulação que esse sistema de ensino possui com o estado e o mercado. No que se refere ao projeto expansionista brasileiro, nota-se que uma das metas do setor é o crescimento de alunos com idade entre 18 e 24 anos, visto que há uma parcela significativa de adultos acima dessa faixa etária que buscam a mobilidade social ou realização pessoal de retomar os estudos. Nas nações em que a expansão do ES ocorreu entre o final do século XX e o início do XXI, se apoiaram, principalmente em instituições privadas, mesmo se houvesse o predomínio de públicas. (SCHWARTZMAN, 2020; SAMPAIO, 2014; 2020).

Na década de 1960 foi desenvolvido mecanismos que impulsionaram o desenvolvimento contemporâneo da ES no Brasil. Para atender às demandas de acesso a esse nível de ensino criou-se um modelo pautado na dependência estrutural do setor privado por algumas razões. A primeira delas é que a necessidade de aumentar o acesso ao ES para atender aos concluintes do ensino secundário que havia expandido desde a década de 1950. Conseqüentemente, muitos jovens não conseguiram acesso ao ES devido ao número limitado de vagas abertas por essas universidades. Essa situação deu origem a um movimento social - o “movimento dos excedentes” - que foi então mobilizado pela agenda política oposicionista de resistência ao governo militar, que iniciou em 1964, substituindo o regime democrático. (BALBACHEVSKY; SAMPAIO; ANDRADE, 2019).

A conjuntura econômica e política do Brasil nos anos de 1990 constituiu-se como um processo de transição, o qual foi denominado pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello como a “inserção do Brasil na modernidade”, objetivando a entrada do Brasil na nova ordem mundial. Trata-se da produção de um novo projeto político para o país alinhado às orientações voltadas ao sistema capitalista. O processo expansionista desse setor gerou algumas conseqüências, tanto na universidade pública como na privada.

O processo de modernização do país nos anos de 1990 fundamentou-se no esforço oficial de reforma do aparelho do Estado, principalmente na parte administrativa com a criação



do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) em 1995.³ O desenho da reforma administrativa tinha como questão central a ideia de reconstruir e redefinir o Estado em um mundo globalizado (BRESSER PEREIRA, 1998). A partir desse conjunto de reformas foi possível, sob muitos aspectos, situar a estratégia e as ações oficiais de realizar mudanças na educação superior no país.

As transformações inseridas dos sistemas de ES no que se refere ao aumento na escala de atendimento e de maior heterogeneidade das instituições respondem a questionamentos que, desde meados do século XIX, sobretudo nos países desenvolvidos, vinham sendo feitos em relação ao relativo isolamento que as universidades mantinham frente às demandas das sociedades. A questão central é que distintos atores sociais, burocracias públicas e privadas, movimentos sociais, entre outros, passaram a reivindicar uma universidade mais dinâmica e próxima da sociedade. (NEVES; SAMAPIO; HERINGER, 2018).

As reivindicações de diversos atores da sociedade civil por instituições de ensino superior mais democráticas e que atendessem às demandas sociais por ampliação do acesso resultaram no aumento do número de IES e, conseqüentemente, no aumento de vagas e diversificação de cursos. Dentro do processo expansionista, essas medidas produziram uma proliferação de diferentes estabelecimentos de ensino superior projetados para públicos específicos. Observa-se, no gráfico a seguir, que na evolução da quantidade de IES públicas e privadas há um predomínio do setor privado.

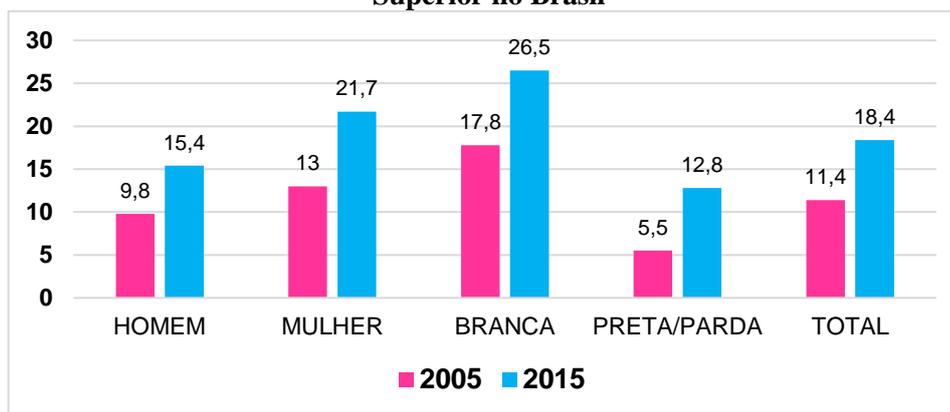
O cenário da expansão do ES nos anos 2000 contou com reivindicações por uma universidade mais democrática que atendessem às diferentes classes sociais. Assim, mesmo com o aumento da quantidade de estudantes e diversificação do perfil dos ingressantes, por meio de diversas políticas públicas de acesso, ainda é notável as diferenças sociais, de raça, cor, idade, entre outros.

Desse modo, as desigualdades no acesso ao ensino superior continuaram significativas, mas se observou uma tendência de democratização do perfil de renda dos estudantes inseridos tanto na rede pública como na privada entre os anos de 2005 e 2015, conforme demonstra os relatórios do censo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -, fazendo com que os estudantes provenientes dos estratos de renda mais baixos se tornassem estudantes desse nível de ensino.

³Instituído pelo Decreto nº 1.738/1995 - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado com a finalidade de oferecer sugestões à Câmara da Reforma do Estado.

De modo geral, os indicadores sociais lançados pelo IBGE (2016) apontam um atraso escolar na educação básica, o qual influencia diretamente na taxa de frequência líquida no ensino superior de pessoas entre 18 e 24 anos que frequentam o ensino superior. Essa desigualdade é mais acentuada ao considerar os aspectos de cor ou raça, afetando menos os estudantes brancos. O Gráfico, a seguir, apresenta essas diferenças entre raça, cor e acesso:

Gráfico 1 - Taxa de frequência líquida da população entre 18 a 24 anos no Ensino Superior no Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

Os dados do Gráfico 1 demonstram que a quantidade de estudantes pretos ou pardos inseridos no ES, em 2015, foi de 12,8%, apresentando um crescimento de 7,3%, em relação ao ano de 2005. Observa-se que a população branca, no mesmo período, aumentou de 17,8% para 26,5%, sendo mais que o dobro de pessoas inseridas nesse nível de ensino.

O Plano Nacional de Educação (PNE)⁴, na meta 12, projeta um aumento da taxa líquida da população entre 18 e 24 anos no ES para 33%. Essa meta é alta, pois em 2015 atingiu 18,4%, o que significa um crescimento de aproximadamente 83% até o ano de 2024. O documento determina também a elevação das matrículas no setor para 50%, assegurando a que pelo menos 40% das novas matrículas sejam no segmento público. Destaca-se a expansão e interiorização da rede federal de ES, por meio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). (BRASIL, 2014).

Acrescenta-se que há diversas Medidas Provisórias (MP), Decretos, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, Conselhos Profissionais, entre outros órgãos e Portarias Ministeriais que são promulgadas com grande frequência, com o intuito de regulamentar e implementar as normas da CF/1988 e da LDB. No decorrer do texto serão

⁴ Lei nº 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

apresentadas apenas as normativas que contribuirão para o processo de expansão desse nível de ensino.

O princípio da autonomia universitária, conforme definido na CF/1988, refere-se ao valor social definido pelo trabalho acadêmico em sua natureza autônoma a partir de atribuições de liberdade determinadas às universidades em diferentes setores dessas instituições: didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, com o objetivo de contribuir para o melhor desenvolvimento de questões ligadas ao ensino, pesquisa e extensão (serviços à comunidade) a partir da indissociabilidade entre essas atividades, além de definir a autonomia universitária como bem jurídico, conforme determina o do artigo 207 da CF/1988, descrito no trecho a seguir: “ As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

A expansão do ensino superior após a efetivação da LDB, em 1996, passa a ter um ritmo de crescimento mais acentuado, sendo que, neste mesmo ano, o país possuía 136 instituições, sendo 64 privadas. Já em 2018, apresenta-se 199 instituições, sendo 92 privadas, com um aumento de 43% do setor e um crescimento geral de aproximadamente 46% do total de universidades. (BRASIL, 2018). Esse fator também foi estimulado pelas facilidades em abrir e extinguir novos cursos, além de remodelar as vagas conforme a demanda, previstas tanto na CF no artigo 207, em conformidade com o artigo 53 da LDB, ao afirmar que: “No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras [...]. (BRASIL, 1996).

O cenário do ensino superior, principalmente o setor privado, vai ser marcado por um crescimento de IES isoladas que, no início dos anos 2000, irão fazer parte do movimento de fusões e aquisições de estabelecimentos de ensino superior, incorporações e desconcentrações regionais, para se tornarem mais competitivos, em um primeiro momento, no âmbito local e, posteriormente, disputar um espaço no mercado nacional. Este movimento foi fortalecido após a regulamentação do EaD nas opções de cursos e modalidades de ensino dessas instituições.

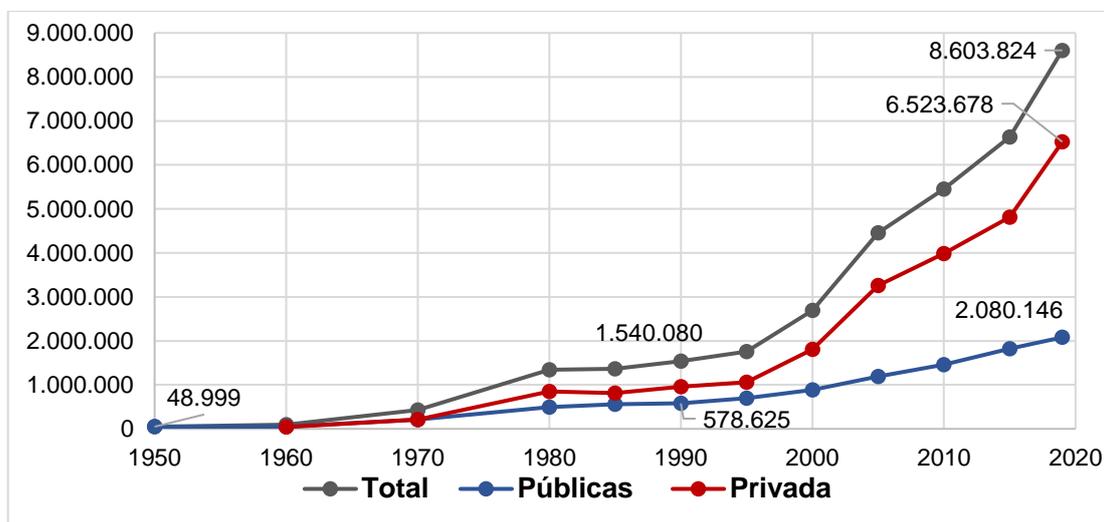
Entendemos, dessa maneira, que o processo expansionista produziu diferentes resultados e impactos sociais e econômicos em diversas regiões do país, levando conhecimento por meio da implementação de diferentes políticas públicas, conforme descreveremos, e desenvolvimento regional no interior no país.. Neste item, apresentamos os resultados do processo teórico e normativo

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado produzido por essas mudanças dentro das universidades públicas foi a adaptação ao novo contexto de massificação, valores conflitantes e pressões por responsabilidade externa às instituições. Mesmo no contexto de ampliação do acesso ao ensino superior público, por meio de diversas políticas públicas, o diploma dessas instituições continuam sendo um importante fator de mobilidade social. Esse fator é evidenciado pelo aumento da taxa de matrículas, bem como a manutenção desse crescimento. Esse cenário produziu impactos positivos na economia por meio das diferentes possibilidades de aumento dos rendimentos e, conseqüentemente melhor empregabilidade e no prestígio social dos graduados. (SCHWARTZMAN, 2020).

O ensino superior público ao longo dos anos 2000 diversificou o perfil das instituições, bem como dos estudantes, com o desenvolvimento de diversas políticas públicas que permitiram o acesso à universidade de forma mais democrática. Para demonstrar esse crescimento, apresenta-se, a seguir, gráfico 2 com dados de 1950 a 2019, permitindo, uma análise longitudinal da evolução das matrículas:

Gráfico 2 - Evolução das matrículas no ensino superior de 1980-2019 no Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP/MEC (1980-2019)

O Gráfico 2, além de apresentar o crescimento do ensino superior, indica que o setor do ensino privado supera a quantidade de matrículas do setor público nos anos de 1970, ainda com o país em uma retraída expansão nos anos de 1980 devido à crise financeira e estagnação econômica, com o aumento da crise da dívida externa, o que desencadeou uma alta inflação

inercial e desemprego. Contudo, a partir da década de 1990, o setor privado assume um crescimento exponencial.

Na primeira década dos anos 2000, foram desenvolvidas diversas políticas públicas que permitiram a evolução na taxas de matrículas no setor público e privado. A formulação dessas políticas ocorreu em um cenário marcado pela obrigatoriedade da União em elaborar o PNE, conforme descrito na LDB/1996. O Poder Executivo federal iniciou em 1998 diversas tentativas de aprovar o PNE, que só foi efetivado pela Lei nº 10.172/2001. A aprovação do PNE também dará origem ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que foi instituído por um Decreto Presidencial, nº 6.096/2007⁵.

O decreto que instituiu o Reuni, em seu Artigo 1, afirma que possui: “[...] o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. (BRASIL, 2007). Dessa forma, as universidades federais possuem um importante protagonismo para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país, visando reduzir as desigualdades sociais com relação ao acesso e à permanência no ensino superior.

Além dos pressupostos básicos do projeto expansionista como o aumento de instituições e vagas em universidades federais por meio do REUNI, tinha também como finalidade a expansão geográfica a partir da interiorização das instituições e a integração regional. Visava também o desenvolvimento local sustentável de caráter multicultural, geração de autonomia e consciência identitária aos grupos sub-representados demandantes de direitos por reconhecimento. (MARQUES; CEPÊDA, 2012; LIMA; MACHADO, 2016).

No que se refere ao ensino superior público, a última política pública descrita nesse tópico, é a Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012⁶. Essa lei iniciou as discussões ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Projeto de Lei nº 73/1999, de autoria da ex-deputada Nice Lobão (PFL/MA)⁷, e foi sancionada no primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. Dessa forma, ficou determinado a reserva de 50% das vagas para alunos que cursaram o ensino fundamental (para o acesso às instituições federais de ensino técnico de nível

⁵ DECRETO Nº 6.096, de 24 de abril de 2007 - Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

⁶ Lei nº 12.711/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Os artigos 3º, 5º e 7º dessa legislação foi reformulada pela Lei nº 13.409/2016.

⁷ Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e dá outras providências. (As comissões de educação, cultura e desporto; e de constituinte e justiça e redação (ART. 54) - ART. 24, II).



médio) ou o ensino médio (para o acesso às instituições federais de ensino superior) integralmente em escolas públicas (GODOI; SANTOS, 2021).

Além do pressuposto básico da reserva de vagas para alunos oriundos da educação básica pública, conforme apresentado no Gráfico 8, a lei de cotas apoiava-se também no fator sócio econômico que incluía também estudantes com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita. Destaca-se que o artigo 3º determina as regras para o cumprimento das cotas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo [...] IBGE. (BRASIL, 2012).

A hierarquia do ensino superior privado é sustentada por alguns pressupostos analíticos como a disparidade entre a oferta do sistema público, a demanda e as dificuldades dessas instituições responderem às transformações do mercado com oferta de profissionais qualificados. Esses fatores excedem a capacidade de financiamento e gestão do setor público. Assim, essa inflexibilidade abriu espaço para o mercado organizar-se para atender essas exigências das sociedades contemporâneas a partir da “Indústria do conhecimento”, que significa um setor de negócios voltado para o fornecimento de educação. (SAMPAIO, 2020).

Em relação às principais políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal que contribuíram para a expansão do ensino superior, cita-se o ProUni, que foi instituído pela Lei nº 11.096/2005. O programa prioriza a diversidade cultural e social e concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50%, oferecendo mais oportunidades às pessoas de baixa renda que cursaram o ensino médio público ou privado com bolsa integral e com boas notas no ENEM para ingressarem em instituições privadas de ES que possuem uma avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. (SINAES)⁸.

O ProUni contava com um sistema de reservas de vagas no processo seletivo para acesso ao ensino superior para atender aos requisitos de diversidade cultural com os pretos, pardos e indígenas, inclusão social dos portadores de deficiência e melhoria na qualificação dos professores da rede pública que poderiam cursar licenciatura.

⁸ Instituído pela Lei 10.861/2004 com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos seus estudantes.



Por outro lado, o ProUni foi acompanhado por um forte discurso de justiça social e, com o apoio da sociedade civil, o programa representa para alguns estudiosos a adesão do governo Lula às concepções neoliberais e às orientações do Banco Mundial, à medida que intensifica o processo de estatização das vagas nas instituições privadas por meio da transferência de recursos públicos. Esse contexto foi criticado por promover uma democratização “às avessas”. (CATANI, HEY, GILIOLI, 2006; CARVALHO, 2006).

Outra política pública de acesso ao ensino superior em IES privadas é o financiamento estudantil (FIES), o qual possui enorme relevância acadêmica. O programa consiste em um apoio financeiro que subsidia as mensalidades de estudantes matriculados em IES privadas com conceitos positivos no SINAES. Trata-se de um financiamento do curso com parcelas e juros menores comparados aos outros financiamentos, com início do pagamento após o término do curso. A manutenção do Fies tem impacto considerável sobre o orçamento da União. O programa possuía 79,2% do total de 1.024.418 matrículas dos financiamentos reembolsável – o aluno paga pelo investimento. (BRASIL, 2019).

Em relação ao desenvolvimento de um sistema de subsídios públicos para o ensino superior privado, na forma de isenção de impostos em troca de acesso gratuito subsidiado para alunos de baixa renda por meio do ProUni e um amplo sistema de crédito educacional subsidiado pelo governo. A partir do processo de recessão econômica de 2014, no Brasil, o crédito educacional para o setor privado foi reduzido, levando o mesmo a impulsionar o desenvolvimento do setor de educação a distância, com intuito de manter altas taxas de matrículas e reduzir os custos. (SCHWARTZMAN, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário de expansão do ensino superior, conforme apresentado indica que houve uma diversificação do público do ensino superior por meio de diferentes políticas públicas como o Prouni e Fies. Contudo, essa expansão representou para muitas famílias humildes a possibilidade da entrada de seus filhos na universidade. O aumento da população inserida nas IES bem como a diversificação do perfil de estudantes tanto na renda como cultural por meio da inclusão de pessoas de baixa renda, negros e indígenas demonstrou que o funcionamento adequado das IES se tornou um importante pressuposto para o desenho institucional dos princípios democráticos e da igualdade de oportunidades nas sociedades modernas. (BARBOSA, 2015,



Além disso, a ES passou a ser um instrumento aliado às políticas de competitividade econômica e melhoria nos índices sociais, e no que se refere à ascensão social e redução da desigualdade de acesso à universidade por meio da criação de diferentes políticas que contribuíram para a evolução de matrículas no setor público e privada (BARBOSA, 2015; CATANI, HEY, GILIOLI, 2006; NEVES, SAMPAIO, HERINGER, 2018; SAMPAIO, 2014; 2020).

O incremento do número das matrículas no ES ocorreu após os governos investirem em políticas públicas para promover a expansão da oferta e a inclusão de grupos sociais que estavam impossibilitados de cursar esse nível de ensino. As principais ações se materializaram por meio da implementação de políticas como o FIES, Prouni e a Lei de Cotas e o Reuni que expandiu a rede de instituições públicas federais e faculdades tecnológicas pelo país levando conhecimento e desenvolvimento local a diferentes regiões do país.

REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKY, E.; SAMPAIO, H.; ANDRADE, C. Y. Y. Expanding Access to Higher Education and Its (Limited) Consequences for Social Inclusion: the brazilian experience. **Social Inclusion**, v. 7, n. 1, p. 7-17, 10 jan. 2019. Cogitatio.

BARBOSA, M. L. O. Expansão, Diversificação, Democratização: questões de pesquisa sobre os rumos do ensino superior no Brasil. **Caderno CRH**. 2015, v. 28, n. 74. Acesso em: 4 Ago 2021, pp. 247-254. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200001>.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Presidente da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Decreto Presidencial, nº 6.096/2007**. Ministério da Educação. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. **Lei n.º 13.005/2014, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação PNE/Brasília: MEC, 2014.

BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** 1998, n. 45. Acessado em: 30 Dez. 2021 , p. 49-95.



CARVALHO, C. H. A. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao Ensino Superior. Campinas, **Educ. & Soc.**, v. 27, n. 96, out., p. 979-1000, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. Acesso em: 10 Jul. 2020.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educ. rev.**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, dez. 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602006000200009>. Acesso em: 18 abr. 2021.

GODOI, M. S.; SANTOS, M. A. Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 11-35, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11. Acesso em 10 ago 2021

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15. ed.. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1992.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2016 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016.

MARQUES, A. C. H.; V. A. CEPÊDA. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivo. **Perspectivas**, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5944/4519>. Acesso em: 10 Ago 2021.

NEVES, C. E. B.; SAMAPIO, H.; HERINGER, R. A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, P.19-41, Jan-abr, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.243>. Acesso em: Acesso em 10 fev. 2020.

SAMPAIO, H. Novas dinâmicas do ensino superior no Brasil: o público e o privado. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas. Editora da Unicamp, 2014. p. 139-192.

SCHWARTZMAN, S (Org). **Higher Education in Latin America and the Challenges of the 21st Century**. Cham, Switzerland: Springer, 2020

SCHWARTZMAN, S.; SILVA, R. L.; COELHO, R. R. A. Por uma tipologia do ensino superior brasileiro: teste de conceito. **Estudos Avançados**. 2021, v. 35, n. 101, p. 153-186. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.011>. Acesso em: 1 Jun. 2021

SOUZA, C. **A Introdução Políticas Públicas** uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45, 2006

TROW, M. Reflections on the transition from elite to mass to universal access: Forms and phases of higher education in modern societies since WWII. **In International handbook of higher education**. Springer, 2007.